

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL: O CURSO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NA UFSC (2009-2010)¹

Ana Cláudia de Souza²
Clarícia Otto³

RESUMO

As políticas educacionais brasileiras têm suscitado debates em torno da ampliação da permanência diária do aluno na escola e das funções desta Instituição na educação e na inserção dos indivíduos na sociedade. Neste artigo, objetiva-se apresentar uma experiência de como se vem dando a formação continuada de professores da educação básica, com vistas ao trabalho educativo em tempo integral e considerando os indivíduos envolvidos neste processo como seres holísticos, que devem ser respeitados e considerados em suas mais diversas dimensões. Assim, apresenta-se, sucintamente, o Curso de Educação Integral e Integrada, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina, na modalidade a distância, entre 2009 e 2010, segundo edital 01, de abril de 2008 (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação).

Palavras-chave: Políticas públicas. Formação docente. Educação integral.

INTRODUÇÃO

Certamente não é preciso grande imaginação para detectar os perigos de um declínio sempre crescente nos padrões elementares na totalidade do sistema escolar, e a seriedade do problema tem sido sublinhada apropriadamente pelos inúmeros esforços baldados das autoridades educacionais para deter a maré (ARENDR, 2009, p.221-222).

¹ Pesquisa apresentada no IX Seminário Internacional de La Red Estrado: Políticas Educativas para a América Latina: práxis docente e transformação social (Santiago do Chile), em julho de 2012.

² Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Linguística. Email: ana.claudia.souza@ufsc.br.

³ Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em História. Email: clariciaotto@yahoo.com.br.

Na obra *Between Past and Future*, cuja última edição na língua de origem, revista e ampliada, é de 1968, Hannah Arendt busca analisar a crise do mundo contemporâneo e destaca que “um de seus aspectos mais característicos e sugestivos é a crise periódica na educação” (ARENDR, 2009, p. 221). Na esteira desta constatação, a escola de educação básica, elemento propulsor para o desenvolvimento das sociedades, vem sendo contemplada, nos últimos anos, no Brasil, com Programas que anunciam compromisso e investimento na educação a fim de, parafraseando Arendt, “deter a maré”.

Dessa forma, as políticas públicas, orquestradas pelo Governo Federal e por pesquisadores do campo educacional, discutem a crise da educação e sinalizam para a necessária reinvenção da escola na contemporaneidade. Tal reinvenção implica pensar e fomentar uma competente revisão do porquê e para quê a escola existe, qual sua função educativa e também refletir acerca do projeto de educação e de sociedade que se quer defender.

Assim, há um forte movimento que requer transformação e recriação desta Instituição, cuja função, ainda pouco sistematizada e explicitada, ultrapassa os domínios instrucionais com vistas ao trabalho com objetos de ensino-aprendizagem específicos e suficientemente delineados e determinados, assumindo também a função integradora do indivíduo à sociedade e seus modos de funcionamento.

Foi pensando na premente e bastante visível necessidade de acompanhamento e orientação nesta nova realidade escolar que um grupo de docentes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) decidiu acatar a proposta do Curso de Aperfeiçoamento Educação Integral e Integrada, voltado a professores e gestores de escolas públicas de educação básica de Santa Catarina, conforme Edital n. 01, de abril de 2008, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), com o objetivo de fazer compreender, conhecer, explorar, discutir e propor projetos de implantação de escola básica integral.

A educação integral implica não apenas a ampliação do tempo escolar, mas também e talvez principalmente o extravasamento dos espaços herméticos e isolados em que as práticas escolares têm ocorrido. A educação integral pressupõe a formação de um indivíduo vinculado e comprometido com seu meio, um indivíduo integrado às

ações e movimentos sociais, além, evidentemente, de se esperar que ele tenha condições de participar de universos que exijam suficiente instrução e conhecimento construído para exploração de espaços até então desconhecidos. Falar em educação integral implica pensar o indivíduo em sua totalidade e em contato e relação com o meio.

Nesta perspectiva, o Curso de aperfeiçoamento de professores e gestores da educação básica pública, Educação Integral e Integrada (EII), foi implementado na UFSC, entre 2009 e 2010. A proposta deste Curso surgiu no bojo do debate nacional acerca da educação integral, processo que envolveu diferentes sujeitos, instâncias e instituições: Programa do Governo Federal *Mais Educação*, Universidade Aberta do Brasil (UAB), SECAD/MEC, Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania (DEIDHUC) e Instituições de Ensino Superior, quais sejam: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Montes Claros (UEMC), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMGS), Instituto Federal do Pará (IFPA) e a UFSC.

A fim de melhor compreender as especificidades da experiência de formação docente para o trabalho com EII, em Santa Catarina, é mister situá-la mais detalhadamente no cenário de sua proposição e surgimento no país.

CONFIGURAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Há mais de meio século, o ideal de educação integral faz parte de projetos e propostas de ensino no Brasil. Todavia, foi há menos de duas décadas que se instauraram políticas nacionais voltadas ao desafio que tem sido a ampliação do tempo, dos territórios e das oportunidades educacionais nas escolas para garantir e qualificar a aprendizagem dos alunos na perspectiva da educação integral e integrada.

Nesse sentido, as atividades que ultrapassam as 4 horas diárias previstas no ensino regular têm sido pensadas de modo a se articularem com o projeto pedagógico das escolas e atenderem aos múltiplos aspectos da educação integral e integrada, tais como ações complementares à escola, ações comunitárias, arte e educação, esporte e educação, atendimento individualizado ao discente, atendimento a crianças em situação de risco, entre outras.

A Constituição do Brasil (1988) assegura a obrigatoriedade do ensino fundamental gratuito, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96) determina o aumento progressivo da jornada escolar para o regime de tempo integral:

Art. 34º. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola [...]

§ 2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

§ 5º. Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral (BRASIL, 1996).

A legislação do país também reconhece e valoriza iniciativas de instituições que desenvolvem, em conjunto com as escolas, experiências extraescolares. (LDB, art. 3º, inciso X). Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de julho de 1990 enfatiza o direito da criança e do adolescente à proteção e ao desenvolvimento integral.

Em janeiro de 2007, o então presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O novo fundo atende toda a educação básica, da educação infantil ao ensino médio, permanecendo em vigor até 2021. O FUNDEB substitui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que vigorou durante dez anos (1997-2006). Esse Fundo garante um aporte de recursos para sistemas de ensino que implementem a educação em tempo integral. Em tempo integral, o sistema de ensino fundamental recebe 25% a mais de recursos do que receberia para o ensino fundamental regular, e 30% a mais para o ensino médio.

O ensino em dois turnos também integra as ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado em abril de 2007, o qual prevê que a formação do estudante seja feita, além da escola, com a participação da família e da comunidade. O PDE

tem cerca de 30 ações, que se subdividem em mais de 72 atividades, todas voltadas à melhoria da qualidade da educação básica.

Outro marco legal para a implementação de ações no âmbito da educação integral se encontra na Portaria Normativa Interministerial nº 17 (abril, 2007), a qual instituiu o Programa *Mais Educação*, com o objetivo de fomentar a educação integral por meio de atividades articuladas ao projeto de aprendizagem desenvolvido pela escola nas áreas de educação ambiental, esportes, cultura e lazer, congregando ações conjuntas dos ministérios da Educação (MEC), Cultura (MinC), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Esporte (ME) e Ciência e Tecnologia (MCT).

No panorama internacional, pode-se dizer que, até o momento, não há consenso em torno do conceito de educação integral. A nomenclatura "educação integral" é pouco utilizada para se referir a uma nova concepção educacional. Comumente utilizada por pensadores (educadores, filósofos, psicólogos, sociólogos e antropólogos) de uma maneira generalizada, ora se refere à integração dos saberes em seus diferentes aspectos e abordagens, destacando a questão política e social da educação, ora diz respeito às concepções morais e filosóficas da integralidade holística do ser humano. A ideia de integralidade na educação em seus aspectos políticos, sociais e culturais talvez seja a de maior influência nos países da América Latina.

No Brasil, a formulação de uma concepção sobre a educação integral acontece desde o início do século XX, como consequência de uma reestruturação da escola para responder aos desafios do mundo moderno. A esperada reformulação da escola está associada à valorização de atividades e experiências voltadas para a reflexão sobre a estrutura política, econômica e social da comunidade local e, ao mesmo tempo, cada vez mais globalizada. A ideia de escola integral está intimamente associada à formulação de uma escola de tempo integral. As primeiras propostas de escola de tempo integral foram aquelas de Anísio Teixeira e de outros educadores de sua geração, especialmente nas décadas de 1950 e 1960. Na década de 1980, a discussão em torno do tema é reacendida a partir da implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), no estado do Rio de Janeiro.

Falar sobre uma escola de tempo integral implica obviamente considerar também a questão da variável tempo, com relação à

ampliação da jornada escolar, e a variável espaço, na perspectiva da relação da escola com outras instituições, equipamentos públicos e políticas sociais para a construção de territórios educadores para além da escola. No entanto, é preciso entender, também, que tempo e espaços escolares devem ser pensados como novas oportunidades para a aprendizagem e a reapropriação de espaços de sociabilidade e comunicação com a comunidade local, regional e global.

Dessa forma, a educação integral responde ainda aos objetivos gerais da Educação para os Direitos Humanos e Cidadania, que se voltam à melhoria da qualidade de ensino visando à preparação dos jovens para a inclusão social e o respeito à diversidade e à democracia.

Em âmbito nacional, o projeto de EII de que a UFSC participou (cf. Edital n. 01, abr./2008, SECAD/MEC), visava beneficiar 10.000 professores do ensino básico das redes públicas estaduais e municipais atuando em 5.000 escolas, 2.000 gestores (municipais e estaduais) da área de educação e outras áreas afins e 1.000 profissionais da educação (diretores, coordenadores, agentes sociais não governamentais, voluntários), contribuindo para a formação de 20.000 estudantes.

Nacionalmente, o projeto pretendia atingir, pelo menos, 2 professores de cada uma das 5.000 escolas da rede pública de ensino (estadual ou municipal) e, pelo menos, 3 gestores das áreas de educação, assistência social, esporte, cultura, planejamento e outras secretarias afins em todas as regiões do país, com ênfase nas áreas de vulnerabilidade e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Curso de EII, segundo determinação da SECAD/MEC, deveria ter a organização curricular em 10 módulos, distribuídos em conteúdos disciplinares considerados centrais à formação docente em educação integral, desenvolvidos em um total de 260 horas, contemplando história, marcos legais, contextuais e conceituais da educação integral e integrada, e psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem.

Para garantir homogeneidade dos temas e conteúdos desenvolvidos nos Cursos ofertados nas 6 Instituições de Ensino Superior (IES) participantes em todo o país, foi determinado que cada IES assumisse a responsabilidade pela elaboração básica de

um ou mais módulos, seguindo as orientações e passando pela avaliação da SECAD/MEC, conforme demonstra o quadro 1.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DA ELABORAÇÃO DOS MÓDULOS POR IES

Módulo	Título	IES
I	Conceitual EaD e Ferramenta Moodle ⁴	Todas
II	Desenvolvimento da Educação Integral e no Brasil	IFPA
III	Educação Integral e Integrada – Reflexões e Apontamentos	UEMS
IV	Políticas Pedagógicas	UFG
V	Políticas Públicas	UEMS
VI	A Escola e a Cidade	IFPA
VII	Educação Integral como Arranjo Educativo Local	UFG
VIII	Projetos de Intervenção Pedagógica	UFPR
IX	Fundamentos da Educação Integral e Integrada	UNIMONTES
X	Práticas Pedagógicas enquanto Práticas Sociais	UFSC

O Módulo I teve sua elaboração individualizada por IES, pois é dependente da configuração do Moodle adotada pelas IES. A oferta desta disciplina é independente do Curso. Trata-se de exigência do MEC para todos os cursos ofertados na modalidade a distância. O Módulo X, material pelo qual a UFSC ficou responsável, foi aquele que contemplou as áreas de conhecimento específico trabalhadas na educação básica, quais sejam: língua portuguesa (com ênfase em alfabetização), matemática, história e geografia, ciências da natureza e artes. Todos os demais módulos tiveram como foco algum aspecto da educação integral em si, independente da área de conhecimento implicada.

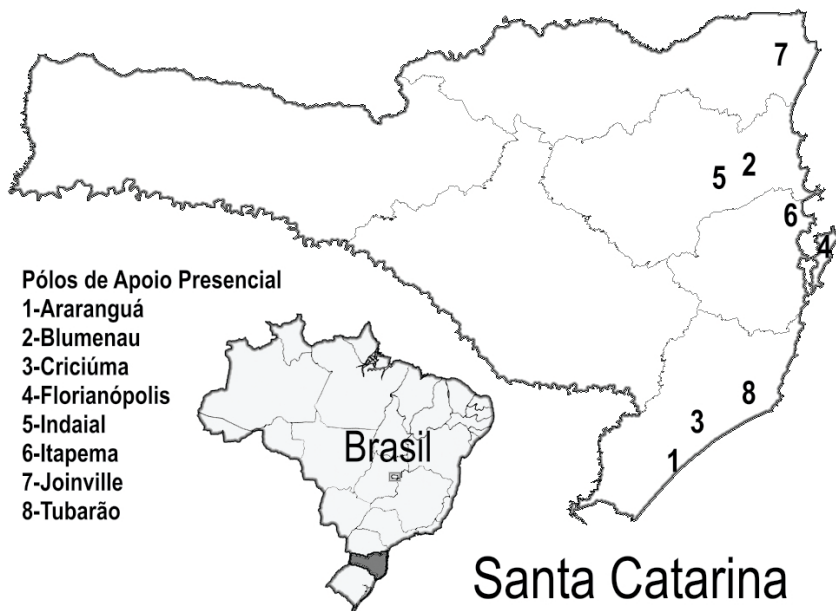
CONFIGURAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA NA UFSC

Em consonância com as diretrizes da SECAD, o Curso de Educação Integral e Integrada foi ofertado na modalidade à distância e se constituiu em aperfeiçoamento aos professores e gestores da rede pública de educação básica do estado de Santa Catarina.

4 Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é um programa de computador que permite a criação de um ambiente virtual de aprendizagem (AVEA), necessário à educação a distância. Dentre as instituições públicas, sobretudo universidades federais, o Moodle é a plataforma que mais vem sendo utilizada, com a vantagem de se tratar de software livre (FARIAS, 2011).

Ainda, conforme a indicação da SECAD, foram oito os municípios participantes: Araranguá, Blumenau, Criciúma, Florianópolis, Indaial, Itapema, Joinville e Tubarão.

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DOS PÓLOS DE APOIO PRESENCIAL



Especificamente em Santa Catarina, a equipe pedagógica decidiu implementar curso que respondesse à demanda por formação continuada de professores da rede pública. Isso implicou promover mudanças na proposta originalmente proveniente da SECAD, atendendo a necessidade de revisita, discussão e aprofundamento nas áreas de conhecimento fortemente atuantes na educação básica. Por isso, foram contempladas, somente no curso oferecido pela UFSC, com a devida aprovação da SECAD, as seguintes áreas de conhecimento pensadas na perspectiva da educação integral, em cada um dos módulos ofertados: Língua Portuguesa e Alfabetização, Matemática, História e Geografia, Ciências da Natureza e Artes, contando com professores e tutores a distância⁵ com formação específica em cada

5 Em relação às práticas e processos pedagógicos, os seguintes profissionais estiveram envolvidos com os cursistas: professores conteudistas (função: por meio de pesquisa, produzir

área de conhecimento. Assim, ao longo do Curso, a formação visou especificamente:

- promover a discussão sobre educação integral e integrada nos ambientes escolares;
- incorporar conteúdos de educação integral e integrada nos currículos universitários;
- estimular as escolas e demais profissionais da educação para participar da construção de estratégias pedagógicas e de gestão intersetorial para a implementação da educação integral e integrada;
- promover e estimular pesquisas e produção de novas tecnologias e materiais didáticos para a implementação da educação integral e integrada;
- retomar e revisitar a formação básica e essencial em alfabetização para o letramento, matemática, ciências naturais, ciências sociais (história e geografia) e artes com vistas à educação integral e integrada.

A concepção de educação integral trabalhada ao longo do Curso está vinculada a um pressuposto político-filosófico, ou seja, é compreendida na direção de um processo educativo de formação escolar e não de "proteção" social. Uma escola que fomenta a educação integral ultrapassa o tempo e o espaço, porque promove a formação e o desenvolvimento de atitudes que contribuem para o exercício e a construção da cidadania. Na assertiva desse pressuposto, a educação é compreendida como um processo ativo de conhecimento, em que o estudante é estimulado a reconhecer-se como protagonista da História, desenvolvendo, assim, sua identidade e o sentimento de pertencimento ao grupo social, no tempo e no espaço em que vive.

Tratando-se de um curso na modalidade EaD, foi desenvolvido um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVEA), no sistema Moodle, específico para o EII/UFSC, com características voltadas para a integração dos participantes. Nesse sentido, de forma inovadora, os participantes (cursistas) não foram divididos em turmas por pólo de apoio presencial, mas por tutores a distância. Tal prática fez com que os tutores presenciais buscassem o contato com todos os tutores a distância, e estes, por sua vez, desenvolvessem suas atividades em conjunto. Dessa forma, os participantes foram integrados em turmas virtuais com outros pólos e

os materiais didáticos), professores formadores (função: efetiva docência e orientação e supervisão dos tutores), tutores a distância (função: acompanhar e orientar os estudos dos cursistas, distribuídos em diferentes pólos de apoio presencial, por meio do ambiente virtual de aprendizagem - AVEA) e tutores presenciais (função: acompanhar os estudos presenciais, nos pólos de origem dos cursistas, orientando-os, inclusive, quanto ao uso do AVEA).

mantiveram grupos de estudo em seus respectivos pólos, ampliando, assim, a troca de experiências entre todos os envolvidos.

O Curso contou, ainda, com aulas presenciais nos pólos, videoconferências, videoaulas, *chats*, mensagens eletrônicas e outros recursos de navegação virtual. Os contatos entre os participantes e também com os tutores a distância e professores formadores foram realizados, na sua maioria, por meio do AVEA, para que todos se familiarizassem e se integrassem com sua sala de aula virtual. A distribuição de módulos, carga-horária e conteúdo se deu conforme indicado no Quadro 2.

QUADRO 2 – ESTRUTURA DO CURSO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NA UFSC

Módulo	Carga horária	Cronograma
I – Introdução a Educação a distância: da Oralidade à Informática	24h/a	19/10/09 a 11/11/09
II – O desenvolvimento da Educação Integral no Brasil: Arte e Educação	20h/a	12/11/09 a 04/12/09
Recesso		14/12/09 a 31/01/10
III – Educação Integral e Integrada: Reflexões e Apontamentos e o Estudo das Linguagens Verbal e Matemática I	20h/a	01/02/10 a 25/02/10
IV – Educação Integral e Integrada: Políticas Pedagógicas e o Estudo das Linguagens Verbal e Matemática II	20h/a	01/03/10 a 25/03/10
V – Políticas Públicas e o Estudo das Linguagens Verbal e Matemática III	20h/a	29/03/10 a 23/04/10
VI – A Escola, a Cidade e a Pedagogia Cultural com vistas à Educação Integral e Integrada	20h/a	26/04/10 a 20/05/10
VII – Memória e Patrimônio com vistas à Educação Integral e Integrada e como Arranjo Educativo Local	20h/a	24/05/10 a 17/06/10
VIII – Psicologia do Desenvolvimento – Cognição, Ensino e Aprendizagem	20h/a	21/06/10 a 15/07/10
Recesso		19/07/10 a 01/08/10
IX – Projeto de Intervenção Pedagógica: Reflexões acerca da Educação Integral, com vistas à Prática de Pesquisa Voltada ao Ensino (Parte I) ⁶	20h/a	02/08/10 a 11/09/10
X – Práticas Pedagógicas como Práticas Sociais – Dialogando com Teorias, Áreas de Conhecimento e Abordagens de Ensino	60h/a	13/09/10 a 02/10/10
XI – Projeto de Intervenção Pedagógica: Reflexões acerca da Educação Integral, com vistas à Prática de Pesquisa Voltada ao Ensino (Parte II)	16h/a	04/10/10 a 05/11/10

6 Em reunião na SECAD (fev. 2009), foi decidido que o Módulo IX seria ministrado em duas partes, antes e depois do Módulo X (Fonte: Relatório final do Curso Educação Integral e Integrada na UFSC, apresentado à SECAD, Florianópolis, 2011).

O corpo docente do Curso, constituído por 12 professores doutores, é proveniente de quatro centros de ensino da UFSC: Centro de Ciências da Educação (CED), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), Centro de Física e Matemática (CFM) e Centro de Comunicação e Expressão (CCE).

QUADRO 3 – PROFESSORES DO CURSO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA DA UFSC

Professor	Centro	Função
Ana Cláudia de Souza	CED	Coordenadora geral e professora (conteudista e formadora) da área de Língua Portuguesa e Alfabetização
Clarícia Otto	CED	Coordenadora de tutoria e professora (conteudista e formadora) da área de História e Geografia
Rogério Luiz de Souza	CFH	Professor (conteudista e formador) da área de História e Geografia
Leandro Belinaso Guimarães	CED	Professor (conteudista e formador) da área de Ciências Naturais
Araci Hack Catapan	CED	Professora (conteudista e formadora) em EaD/Moodle
Doris Roncarelli	CED	Professora (conteudista e formadora) em EaD/Moodle
Susana Célia Leandro Scramim	CED	Professora (conteudista e formadora) da área de Artes
Mérciles Thadeu Moretti	CFM	Professor (conteudista e formador) da área de Matemática
Leonor Scliar-Cabral	CCE	Professora (conteudista e formadora) da área de Alfabetização
Nízia Luiza Duarte da Silveira	CFH	Professora (conteudista e formadora) da área de Psicologia da Aprendizagem
Wladimir A. C. Garcia	CED	Professor (revisor)
Rejane Croharé Dania	CED	Professora (revisora)

Além do corpo docente, o Curso contou com 31 tutores, entre presenciais e a distância, e uma equipe técnica formada por dez profissionais: Maurici de Oliveira, Andressa da Costa Farias, Lucas Zago, Tiago Mazzutti, Dayane Lopes, Fernanda dos Santos Becker Jacinto, Márcio Augusto Furtado da Silva, Marina Ubeda Souto, Fernanda Cizescki e Cristiane Seimetz Rodrigues.

Conforme já explicitado, somente na UFSC foram revisitadas as áreas de conhecimento específico, que foram trabalhadas e tematizadas na perspectiva da educação integral: Ciências da Natureza, História e Geografia, Artes, Língua Portuguesa, Matemática e Psicologia do Desenvolvimento.

Nesse direcionamento, no módulo sobre as Ciências da Natureza, o foco foram as pedagogias culturais. Discutiu-se como as imagens publicitárias, os textos jornalísticos, os programas televisivos, enfim, os artefatos e suas pedagogias culturais podem contribuir na reflexão e no desenvolvimento de projetos educativos.

No que concerne à História e à Geografia, foram indicadas possibilidades de articular projetos de educação integral em torno da memória e do patrimônio histórico cultural. As atividades sobre a história e a geografia locais são fundamentais na constituição das identidades tanto individuais quanto grupais. Nesse sentido, a educação integral requer também a formação da consciência histórica. Em outras palavras, um processo que leve a pessoa, paulatinamente, a compreender-se no tempo e no espaço, num movimento dialético entre local e global. Os pressupostos que fundamentam tal proposta metodológica centram-se na ideia de que o direito à memória constitui-se num princípio de cidadania.

Em Artes, tratou-se sobre o contexto da produção da arte na contemporaneidade e das possíveis relações entre arte e educação. Tomou-se como principal referência o livro de Mário Perniola, "Enigmas", o qual aborda a relação da arte e do espaço.

A área de Língua portuguesa discutiu os múltiplos usos da língua, valores e ensino, com foco nos estudos em neurociências concernentes à alfabetização para o letramento e aprimoramento da leitura, na interação com os fundamentos da educação integral. Além disso, muito se alertou sobre a importância de se conhecer o processamento da leitura e se indicaram formas de prevenir o analfabetismo funcional. Os fundamentos que nortearam as práticas pedagógicas como práticas sociais, no que tange ao letramento, obedeceram ao princípio de que uma alfabetização de qualidade possibilita o efetivo ensino de língua portuguesa nas escolas, promovendo a inserção e a ampliação dos espaços sociais, a capacitação do indivíduo para integrar-se à sociedade em que vive, como cidadão com igualdade de oportunidades, cômico de seus direitos e deveres. Tratou-se, pois, de práticas pedagógicas direcionadas a um ensino de língua portuguesa integrado e integral, cujo fundamento filosófico e científico é a inseparabilidade entre as ciências humanas e as biológicas: o cultural não pode ser pensado sem o biológico, nem a especialização cerebral sem ser plasmada pelo ambiente.

Com relação ao ensino da Matemática, discorreu-se sobre questões que envolvem o desenvolvimento do pensamento geométrico em um contexto social e elencaram-se algumas contribuições teóricas do ensino e aprendizagem da geometria. Foram propostas atividades para o ensino de matemática em conjunto com a educação do corpo, para os anos iniciais da escolarização básica.

Em Psicologia, foram discutidos a história da psicologia educacional e do desenvolvimento da aprendizagem como fenômeno da vida humana. Pensaram-se estratégias de interações a fim de fomentar a educação integral e integrada.

Ainda, uma das concepções que permearam o Curso foi à necessária associação entre ensino e pesquisa na educação básica. O conhecimento da realidade local, provindo da pesquisa, possibilita que se avaliem e se planejem atividades interdisciplinares, que se elaborem projetos voltados à educação integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de aperfeiçoamento voltado a professores e gestores de escolas públicas constituiu-se numa experiência singular de aprendizado e de troca de experiências entre todos os envolvidos. Poder-se-ia elencar um conjunto de benefícios em prol de uma prática docente mais comprometida com a transformação social. De igual modo, tomou-se maior consciência dos muitos desafios a serem enfrentados na implantação da educação integral e da necessária e premente formação continuada aos docentes da educação básica do Estado catarinense.

Alguns desses desafios constam dos textos elaborados em coautoria com os tutores a distância, orientadores das pesquisas e também responsáveis pela retextualização⁷. As múltiplas vozes em torno da fundamentação político-pedagógica e de propostas plurais de interlocução entre as diferentes áreas de conhecimento buscaram apontar para a necessária reinvenção de práticas e rotinas escolares, uma das metas da educação integral.

7 Os desafios, limites e possibilidades na implantação da educação integral foram apontados nos Trabalhos Finais do Curso. Alguns deles foram publicados na Parte IV – (Des)Caminhos na implementação do Programa Mais Educação –, integrante do livro organizado por Ana Cláudia de Souza, Clarícia Otto e Andressa da Costa Farias, *A escola contemporânea: uma necessária reinvenção*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2011, p. 299-326.

Dentre o conjunto de questões que possam vir a contribuir para o desenvolvimento e/ou implantação de projetos de educação integral nas escolas da rede pública de ensino, destaca-se um dos aspectos mais significativos vivenciados ao longo do Curso: desenvolver a educação integral na interface com as diversas áreas de conhecimento. Essas áreas, ao manterem diálogo entre si, contribuem para as várias experiências educativas, contemplam a plural dimensão do ser humano e assim desenvolvem um processo que pode ser, de fato, denominado educação integral e integrada.

Ainda, como resultado do Curso, foram publicados três livros, um dos quais, já citado, conta com material elaborado pelos próprios cursistas e tutores, intitulado "A escola contemporânea: uma necessária reinvenção", "Nos rastros da memória" e "A produção de sentidos e o leitor: os caminhos da memória".

Além desses, foi publicado um CD-ROM do Curso para facilitar o acesso ao material usado durante o desenrolar das atividades. O site www.eii.ufsc.br contém dados do Curso para serem acessados de onde o cursista estiver. O EII-UFSC promoveu a integração entre tutores presenciais e a distância, cursistas e professores dentro do método de trabalho adotado. O trabalho de conclusão do Curso contou com um projeto de educação integral nas cidades dos respectivos cursistas, onde estes puderam colocar em prática as temáticas estudadas.

Por fim, há que se ressaltar que de um total de 255 inscritos, 78 cursistas receberam o certificado de conclusão. O baixo número de certificados se deu em virtude do oferecimento, simultâneo, de dois outros cursos de aperfeiçoamento semestrais, enquanto o EII foi oferecido no formato anual. Muitos dos cursistas se inscreveram em mais de um curso e acabaram por optar pelo de menor duração. Além disso, utilizou-se como critério para obtenção de certificado não apenas a participação e o desempenho satisfatório nas atividades propostas nos Módulos, mas também a elaboração do trabalho final do Curso. Há que se considerar, ainda, que a evasão tem sido um dos problemas da educação a distância, em qualquer que seja a área, no Brasil (COMARELLA, 2009).

Nesse sentido, a despeito de tamanhas e maciças ofertas dos Programas que anunciam compromisso e investimento na educação, os profissionais que nela diretamente atuam, acabam por se ver em meio a um turbilhão de projetos, propostas e mudanças que,

na maioria das vezes, chegam sem comunicação prévia e sem planejamento e preparação para a devida acolhida e implementação, o que evidencia que a escola tem sido convidada, no Brasil, a assumir responsabilidades e funções educacionais e sociais mais ampliadas do que aquelas a ela historicamente atribuídas.

Considerando que a escola não pode ser responsabilizada por todas as demandas sociais e nem mesmo é portadora das condições exigidas pelos contextos históricos singulares deste País, o Governo Federal, com o Programa *Mais Educação*, reacendeu a proposta da Educação Integral. Diante das mudanças sociais, há necessárias modificações a serem feitas na forma de se trabalhar e de se compreender a instituição escolar. Dentre as alternativas de mudanças, a Escola Integral propõe o envolvimento de todos os segmentos da sociedade com a educação, a fim de ampliar e principalmente qualificar o tempo escolar, diversificando também seu espaço.

TRAINING POLICY OF BRAZILIAN TEACHERS: EDUCAÇÃO INTEGRAL E INTEGRADA COURSE AT UFSC (2009-2010)

ABSTRACT

Brazilian educational policies have been arising debate on the extension of student daily permanence at school and on the roles played by this Institution in education and in setting individuals into society. In this piece of research, we aim at presenting an experience of implementation of a training course for Brazilian elementary teachers, focusing on full-time education. Individuals, in this project, are considered holistic human beings whose dimensions should be respected. Thus, the course of Educação Integral e Integrada, implemented by Federal University of Santa Catarina, offered in a distance mode, from 2009 to 2010, according to Edital 01, April 2008 (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação), is briefly presented.

Keywords: Public policies. Brazilian teachers' training. Full-time education.

REFERÊNCIAS

ARENDRT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução: Mauro W. Barbosa. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Políticas de formação... - Ana Cláudia de Souza e Clarícia Otto

BRANDÃO, Z. Escola de tempo integral e cidadania escolar. *Em aberto*, Brasília, v.22, n. 80, abr. 2009, p.97-108.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 fev. 2012.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2012.

CAVALIERE, A. M. Escolas de tempo integral versus alunos em tempo integral. *Em aberto*, Brasília, v.22, n.80, abr. 2009, p.51-63.

COMARELLA, R. L. *Educação superior a distância: evasão discente*. 2009. 146f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://btd.egc.ufsc.br/wp-content/uploads/2010/06/Rafaela-Lunardi-Comarella.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2012.

FARIAS, A. da C. A presença no ensino a distância: o designer instrucional no curso de aperfeiçoamento em educação integral e integrada. In: SOUZA, A. C.; OTTO, C.; FARIAS, A. da C. (Org.). *A escola contemporânea: uma necessária reinvenção*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2011. p.277-286.

GUARÁ, I. M. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. *Em aberto*, Brasília, v.22, n.80, abr. 2009, p.65-81.

GUIA do tutor. Curso de aperfeiçoamento em educação integral e integrada. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

MOLL, J. *Caderno educação integral: Série Mais Educação*. Brasília: MEC/SECAD, 2008.

PROJETO do Curso de Educação Integral e Integrada da UFSC. Florianópolis, 2009.

RELATÓRIO Final do Curso de Educação Integral e Integrada da UFSC. Florianópolis, 2011.

SOUZA, A. C.; OTTO, C.; FARIAS, A. da C. (Org.). *A escola contemporânea: uma necessária reinvenção*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2011.

Recebido em setembro de 2013.

Aprovado em novembro de 2013.